

Jornal laboratório do curso de Jornalismo
da Universidade Católica de Pernambuco | Unicap

O BERRO

Comissão da verdade

A Comissão Nacional da Verdade aos poucos se introduz no cotidiano dos brasileiros. A cultura da memória estava ausente, com apenas iniciativas isoladas nesse recolher de cacos. Hoje, o resgate da memória é uma bandeira de luta pela verdade sobre um longo período de trevas. Nesta edição, d'O Berro, compartilhe as expectativas em relação à formação da Comissão da Verdade. A Operação Condor, a violação às leis internacionais, sequestros, mortes, histórias de sobreviventes às torturas - cujas marcas não se apagam - e de heróis que tomaram na luta, como Fernando Santa Cruz, Hiram Pereira - cujos corpos jamais apareceram - e Luís Cunha - que teve sepultura após anos de buscas -, e a convivência da mídia e a relação promíscua com o governo militar são apenas algumas das reportagens desta edição. Histórias que vão fazer o leitor refletir sobre este pedaço tenebroso de um Brasil recente.

Foto: Nathalia Wicks



Editorial

Verdade, justiça, paz

Quase meio século de uma história interrompida, fragmentada em milhões de cacos, alguns irrecuperáveis. Não há como reconstruir uma democracia sem a efetiva ruptura com o regime de exceção, com a ditadura que destruiu o pensamento da Nação. Sem a exata compreensão dos fatos - erros, crimes e mentiras - corremos o risco de vê-los repetidos. Os nossos jovens não têm a dimensão da violência e da selvageria do golpe de 1964. Não têm a dimensão de perseguições, cassações, expulsões, prisões, torturas, mortes e desaparecimentos de nossos trabalhadores, artistas, educadores, estudantes. Os ditadores não se limitaram a torturar e matar educadores, estudantes, intelectuais, nossos maiores talentos. Atacaram criminosamente - e impuseram um atraso incomensurável - à educação em nosso país. As universidades foram aniquiladas, o ambiente universitário completamente distorcido, violentado. A extensão do estrago se revela ainda hoje no pensamento acadêmico, que forma alunos para o mercado.

O Brasil, como toda a

América Latina - cujas ditaduras foram tanto ou mais truculentas - quer virar essa página da história. É o país mais atrasado na apuração dos reais acontecimentos e já sofre, inclusive, pressão de organismos internacionais por sua letargia e pela omissão do Estado. Aprovada, finalmente (ainda que tarde), a Comissão da Verdade precisa mostrar a que veio. Meter mãos à obra. Abrir os arquivos. A sociedade, as vítimas que sobreviveram e as famílias dos desaparecidos que precisam enterrar os seus mortos, querem respostas. Depois de tanto sofrimento, têm o direito inalienável à justiça e à preservação da memória de tantos heróis. Nossos pais, nossos irmãos, nossos filhos.

A Democracia não pode prescindir de contar a sua história. Para existir democracia, é necessário que os direitos humanos sejam reconhecidos e protegidos, o que torna possível a resolução dos conflitos de forma pacífica. Os direitos dos homens estão acima dos direitos do Estado, sem o que não se alcança a Paz. Nos ensina Kant.

Uma dívida do Estado

CAMILA FREITAS E
POLLYANA PEREIRA

A publicação, em 2005, do Relatório do Comitê de Direitos Humanos da ONU cobrando do governo brasileiro a apuração das violações dos direitos do homem, acelerou o debate para a elaboração do Plano Nacional dos Direitos Humanos 3 (PNDH-3), que criaria a comissão responsável pela abertura dos arquivos da ditadura. Militares e civis responsáveis pelos sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos entre 1964 e 1985, como já era esperado, tentaram impedir com ameaças e intimidações. Não adiantou.

O Congresso Nacional aprovou, em 17 de novembro de 2011, a Lei 12.528/2011 que cria a Comissão Nacional da Verdade. Aguarda agora a nomeação dos sete membros, pela presidenta Dilma Rousseff. O trabalho terá dois anos para apresentar o relatório e vai analisar documentos não só do período do regime militar e sim entre 1946 e 1988.

A exiguidade do tempo para a apuração, além do número de membros, é questionada pelo advogado Antônio Campos, neto do ex-governador Miguel Arraes, cassado pelos militares. "A comissão, além de não assegurar justiça aos que tiveram a liberdade tolhida, tem apenas dois anos para tecer um relatório minucioso."

Para o jornalista e escritor Marcelo Mário de Melo, autor de Manifesto da Esquerda Vicejante, "não é possível falar em república democrática sem a abertura dos arquivos e

a identificação dos responsáveis pelos crimes cometidos. Não enfrentar o problema é perpetuá-lo."

Os argumentos defendidos por pessoas que citam a Lei da Anistia - irrestrita e que torna nulos crimes políticos entre 1964 e 1979 - , como um antídoto ao trabalho da comissão, não têm apoio nas leis internacionais, porque os crimes de sequestro e de tortura não prescrevem.

O Brasil recebeu notificação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA por não apurar as circunstâncias da morte do jornalista Vladimir Herzog, assassinado

nas dependências do Dops, em São Paulo, em 1975, apresentado como suicídio. "O Estado brasileiro não cumpriu seu dever de investigar, processar e punir os responsáveis pela morte de Herzog", diz parte do documento. Condena também o parecer do Supremo Tribunal Federal, de que a Lei da Anistia perdoa os crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura. Entendimento contrário tem a OAB, que afirma que a lei não acoberta as torturas e os assassinatos cometidos pelo Estado e que a violação dos Direitos humanos não prescrevem.

A deputada federal Luiz Erundina está à frente de

um grupo que "luta por uma comissão justa". Coordena o trabalho de acompanhar e fiscalizar os passos da comissão. Para ela, "a apuração dos fatos é urgente. É inadmissível a impunidade de criminosos"

AMÉRICA DO SUL

A maioria dos países da América Latina que esteve sob ditadura militar já ultra-

passou a etapa da comissão da verdade, inclusive países que participaram, como o Brasil, da Operação Condor, como Uruguai, Chile, Argentina e Paraguai. Nessas nações, a comissão tinha poder para processar e solicitar o julgamento dos criminosos.

Muitos foram presos, entre autoridades e militares.

A apuração, nesses países, foi feita em paralelo aos processos judiciais correspondentes. No Brasil, a comissão não terá caráter punitivo nem o papel de julgar os responsáveis pelos crimes políticos. Motivo de crítica para alguns, que defendem a responsabilização e punição dos criminosos.

Em abril, a Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovou projeto criando a Comissão Estadual da Verdade, que vai trabalhar em conjunto com a comissão nacional. A proposta é do governo Eduardo Campos, neto de Arraes.

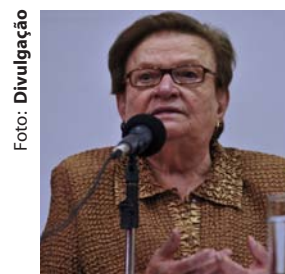


Foto: Divulgação

"A apuração dos fatos é urgente. É inadmissível a impunidade de criminosos"



Saiba mais sobre
como funciona a
Comissão Nacional
da Verdade

EXPEDIENTE

O BERRO

O BERRO é uma publicação da
Disciplina Jornal-Laboratório do Curso de Jornalismo da
Universidade Católica de Pernambuco.

Rua do Príncipe, 526 - Boa Vista - Recife-PE 50.050-900
CNPJ 10.847.721/0001-95 Fone: (081) 2119.4000
Fax: 81 2119.4222 | site: www.unicap.br/oberro

**Coordenador do Curso
de Jornalismo**
Juliano Domingues

Professor Orientador
Fabiola Mendonça

Subeditores
Leila Jinkings
Hercules Liberal

Repórteres
Camila Freitas

Felipe Paulino
Hercules Liberal
Leila Jinkings
Leonardo Lucena
Lis Veras
Maria Helena Marinho
Natascha Falcão
Olívia de Souza
Pollyana Pereira
Priscilla Costa
Rebeca Silva
Taíza lima

Revisão
Fernando Castim

Diagramação
Flávio Santos

Impressão
FASA

Baixe a versão digital de O Berro.



1. Abra o leitor QR Code em seu celular; 2. Foque o código com a câmera; 3. Clique em Ler Código para acessar os conteúdos. Caso não tenha o leitor no seu celular, baixe em: <http://getreader.com/>

Operação Condor tem muito a dizer

MARIA HELENA MARINHO

Prestes a ser instalada, a Comissão da Verdade tem, entre os casos a ser analisados, um em especial ainda carente de esclarecimentos: a Operação Condor, sobre a qual se sabe muito pouco. Essa operação foi criada em meados da década de 1970 pelas várias ditaduras de países da América do Sul, com apoio do governo estadunidense, para exterminar os opositores políticos.

O advogado e presidente do Instituto Miguel Arraes, Antônio Campos, tem lutado para que esse tema não seja esquecido. Neto do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes - cassado pelos militares em 64 -, e irmão do atual governador Eduardo Campos, o advogado está preparando uma representação junto à Comissão da Verdade, para protocolar assim que forem nomeados os membros da comissão. Campos, inclusi-

ve, está disposto a auxiliar nas investigações e contribuir nas pesquisas.

Membro da Academia Pernambucana de Letras, com 15 livros publicados, ele trabalha agora na biografia do avô, que deverá ser publicada em 2016, quando será celebrado seu centenário. A Operação Condor, da qual Arraes quase foi alvo, é um dos assuntos da obra.

O CASO ARRAES

No início dos anos 2000, Miguel Arraes deu um depoimento para a comissão parlamentar criada para investigar a morte do ex-presidente João Goulart. No depoimento, Arraes revelou ter tido conhecimento sobre a operação enquanto estava no exílio, na Argélia, e contou ter recebido instruções para prevenir outros exilados do Cone Sul sobre o que poderia acontecer com.

Arraes relembrou uma importante convocação para



Foto: Maria Helena Marinho

PROCURA Exilado, Arraes foi perseguido pela Operação Condor

uma conversa particular com o coronel Sulleiman Hoffman, assessor do presidente argelino Houari Boumediene. Nessa reunião, foi avisado pelo coronel que, nos próximos dois dias, três pessoas iriam procurá-lo em sua residência em Argel, e ele deveria recebê-las, pois teriam informações importantes.

Essas três pessoas vinham da América do Sul e tinham

informações sobre a resistência da extrema direita da possibilidade de abertura política, pois a situação das ditaduras estava ficando insustentável. Nesse caso, os militares estavam articulados com a Operação Condor, que teria a missão de dar mais fôlego às ditaduras na América do Sul.

“Essa reunião examinava isso e estudava providências e

precauções a serem tomadas para evitar que pessoas importantes que estavam presas e exiladas, em diferentes países, pudessem chegar e empunhar as bandeiras da opinião pública no caso de uma eleição, de uma mudança brusca da situação política. Nessa reunião, eles já haviam condenado à morte as pessoas que estivessem nessa situação e que atendessem a esse critério”, relata Antônio Campos

Apesar de considerar positiva a criação da Comissão da Verdade, Campos não esconde o descontentamento com certos aspectos. A insistência em manter a anistia em vigor é um dos pontos negativos. Ele está preparando um pedido de *amicus curiae*, espécie de intervenção de terceiros (pessoa, entidade ou órgão) em processos jurídicos, com a função de chamar a atenção da comissão para fatos que poderiam passar despercebidos.

A ditadura passou. As marcas não

REBECA SILVA

Exatos 48 anos se passaram, mas na memória de quem foi perseguido na época do regime militar, os ponteiros do relógio estão parados. Aqueles que sobreviveram à política repressora hoje trazem cicatrizes que jamais podem ser esquecidas. Às vésperas de ser formada a Comissão Nacional da Verdade, muitas perguntas ainda estão no ar. As respostas que buscam os ex-presos políticos despertam um sentimento que resiste ao tempo.

Preso em 1970, Chico de Assis, escapou de ter o nome na lista dos desaparecidos ou mortos. Instaurada a democracia, fez parte do governo de Jarbas Vasconcelos. Hoje, aos 64 anos, não quer saber mais de política. Depois de tanto desgaste, traz consigo apenas “um reflexo eterno por ter enfrentado situa-



Foto: Rebeca Silva

SEQUELAS Ex-presos políticos guardam na memória traumas da perseguição do regime militar

ções adversas”. Chico de Assis foi preso com apenas 20 anos por sua participação no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Durante o cárcere de quase uma década, foi barbaramente torturado. Tem, até hoje, sequelas psicológicas e físicas em uma das pernas. Mas apesar da flagelação, a separação da família foi o que aumentou o peso de ficar 9 anos nos porões da ditadura. Ele lembra que os três primeiros anos de cárcere

foram os mais dolorosos, porque foi obrigado a ficar longe dos entes queridos. “Minha companheira também foi torturada e exilada. Essas situações foram muito duras. Tenho marcas na minha vida afetiva”, disse.

A tensão da militância também, segundo Assis, foi fator de interferência no psicológico. Preso enquanto dormia, ele afirma que a opção de participar do enfrentamento armado fez sua vida mudar com-

pletamente. “Minha vida era só adrenalina. Vivíamos preocupados com nossa segurança, pois não sabíamos o dia de amanhã”, comenta.

Via crúcis enfrentada por Chico de Assis foi a mesma vivida pelo professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Luiz Momesso. Na época do governo militar, tinha apenas 24 anos, era integrante do Ação Popular e foi preso duas vezes. Nesse tempo, pau de

arara, choques e pauladas se tornaram comuns no seu dia a dia. “Era tanta tortura que me deixaram em carne viva, mas eles não conseguiram manter-me preso por muito tempo, porque não tinham provas e porque eu não falei nada”. Se teve que lutar para sobreviver à repressão, depois que foi libertado o sofrimento não teve fim. Ele conta que levou anos para recuperar o peso normal.

O QUE DIZ A CIÊNCIA

O prejuízo depois de uma tortura, de acordo com a psicóloga Cristina Latache, é alto. “Uma guerra dessas pode provocar alucinações. Os danos causados quando se está sob muita pressão é grande”, afirma. Apesar disso, os traumas adquiridos dependem também de fatores hereditários, do tempo em que se ficou preso e do tipo de tortura.

Estado no banco dos réus

NATASCHA FALCAO

Sob um nome cinematográfico, a Comissão da Verdade surge trazendo esperança e o resgate do sentimento de justiça a muitas vítimas da ditadura militar, um período amordaçado da História do Brasil. Mas, sendo a verdade um conceito subjetivo, qual a importância desse desvelar, desse falar francamente? Se a verdade exige olhar para si mesmo a fim de modificar-se, converter-se, será que o Brasil tem condições de tomar essa coragem?

A Comissão da Verdade, sancionada em novembro do ano passado, ainda espera que a presidenta Dilma nomeie os sete 'guardiões' que vão cascavilhar os anais da turva ditadura brasileira, a fim de apurar a violação aos direitos humanos.

Eis, então, que o Estado Brasileiro sentará no banco dos réus e responderá pelas violências cometidas contra ativistas e militantes, os que

lutavam pela liberdade. Clenice Valadares foi intimada pela primeira vez em 1964, por "suspeita de comunismo" porque fazia aulas de russo. "Sempre fui muito curiosa e interessada nas coisas. Fui aprender russo porque achava bonito. Depois da intimação, entendi a situação do país e me tornei militante pelo PCB".

Clenice estudou comunicação no Equador e etnologia nos Estados Unidos, onde militou com os Panteras Negras. Vive, hoje, em São José do Egito e ainda chora quando fala na ditadura. Acha que a Comissão da Verdade "já vem tarde, mas é bem vinda porque, depois de cada guerra, alguém tem que fazer a faxina, colocar alguma ordem".

A filha de Clenice, Anaíra Mahin, neta de militar e filha de militantes, atriz, com 25 anos, comenta as dificuldades da convivência numa família onde cada um viu e experienciou a ditadura de uma maneira diferente.



Foto: Album de família

CLENICE COM A MÃE Experiências diferentes sobre a ditadura

"Mamãe me xingava de neta de torturador. Minha avó, a viúva, diz que o marido nunca bateu num preso e até ganhou homenagens".

TRAUMAS

O pai de Anaíra, João Bosco Galvão, só descobriu a existência da ditadura por volta de 1977. Aos 18 anos, depois de assistir Fratello Sole e Sorella Luna, de Franco Zeffirelli, saiu de São Paulo e entrou para a Ordem Franciscana no Nordeste. Bosco trocava correspondências com uma senhora francesa que

o indagou sobre a ditadura no Brasil. "Não acreditei e fui perguntar se era verdade aos companheiros frades. Chorei muito quando confirmaram e a cada vez que ouvia Cálice", salienta, referindo-se à música de Chico Buarque.

Ao sair da Ordem, João Bosco tomou conhecimento do envolvimento da família com a ditadura. "Meus tios e meu pai eram militares e eu encontrei alguns nomes no livro Brasil Nunca Mais. Soube de condecorações no Pentágono, porque os militares da repressão eram trei-

nados nos Estados Unidos. A descoberta foi tão difícil para mim, que fui fazer terapia". Bosco, posteriormente, tornou-se psicólogo e foi ser presidente do PT em São José do Egito, Sertão pernambucano, cidade do pai.

Anos depois, um tio oficial da Marinha reapareceu querendo se filiar ao PT e, pouco depois, foi encontrado morto no Recife. "A Marinha não deixou a família fazer o enterro. Lacraram o caixão e declararam morte não identificada". Não houve investigação.

Para Bosco, que vive hoje na cidade de São Paulo, é muito importante que a História seja colocada em pratos limpos. "A Lei da Anistia mostrou a cara dos presos políticos e a direita, afinal, nunca se revelou. Seria bom fazer como a África do Sul, psicodrama público nacional: confrontar as famílias dos desaparecidos com as dos torturadores. É justo que o país tenha acesso a essa verdade".

O caso de Luiz José da Cunha



Foto: Renata Oliveira

LEONARDO LUCENA

Entre os inúmeros assassinatos praticados pela ditadura militar está o pernambucano Luiz José da Cunha, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Sequestrado pelo Doi Codi, na avenida Santo Amaro, em São Paulo, teve a cor alterada na certidão de óbito de negro para branco. Ao ser preso, portava documentos com um nome falso. Existem muitos fatos como esse que pouca gente conhece.

De acordo com a viúva de Cunha, Amparo Araújo, havia duas certidões de óbito, uma verdadeira, na qual constava que ele era negro, e outra, falsa, constando a cor branca. "Os laudos do Instituto de Medicina Legal do Estado de São Paulo eram forjados. Por isso, muitos médicos ficaram proibidos pelo Conselho de Medicina de

exercerem a profissão", explica Amparo, hoje secretária de Direitos Humanos da Prefeitura do Recife.

Ao ser preso, no dia 13 de julho de 1973, Cunha portava documentos com o nome de José Mendonça dos Santos. Segundo Amparo, o caso dele não foi único. "Muita gente que foi torturada apresentava documentação com nome diferente do original, com o objetivo de dificultar a ação do Exército", acrescenta.

Os ossos de Cunha só foram encontrados 18 anos depois da sua morte, em 1991, e enterrados no Cemitério de Perus, em São Paulo. O crânio, separado do corpo, até hoje não foi encontrado. Em 2 de setembro de 2006 o corpo dele foi, finalmente, sepultado no Cemitério Parque das Flores. "Entrei com uma ação na Corte Interamericana, em 2007, mas até hoje estou esperando por uma

resposta", ressalta Amparo.

O historiador Rodrigo Mendonça, que pesquisou sobre o caso de Cunha, comenta a respeito da separação do crânio do corpo, acreditando que foi para dificultar a localização dos restos mortais do militante de esquerda. Fazendo referência ao livro Xambioá, de Pedro Corrêa Cabral - ex-piloto da Aeronáutica -, Rodrigo conta que os corpos eram queimados. "Além disso, o autor diz que os militares espalhavam as ossadas dos mortos em cemitérios clandestinos na região do Araguaia".

Roberto Arrais, militante do PCB, acrescenta que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo teve uma estreita relação com os militares. "Setores da polícia, do Exército e da Aeronáutica eram financiados pela Fiesp para extinguirem os comunistas. Mas essa parte a história, infelizmente, não conta".

TÚMULO O crânio de Luiz José da Cunha continua desaparecido

Uma mãe à espera do filho

PRISCILLA COSTA

“Falar de Fernando é como se fosse uma água parada. Está ali, quieta, mas quando mexe, tudo volta. Ele nunca foi ‘passado’ pra mim. Para quem lê jornal, sim, pois surgem outros fatos. É que a gente sonha em ver o filho do mesmo jeito que ele foi embora”. É com a voz embargada e os olhos marejados que Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira, dona Zita, fala do filho Fernando Santa Cruz, desaparecido político desde 1974.

A lucidez de dona Zita, aos 98 anos, a faz uma mulher diferenciada. Com sorriso sempre aberto e olhar sereno, ela não aparenta carregar, até os dias de hoje, as dores e as feridas deixadas pelo período da ditadura. Mãe de dez filhos, ela ainda espera notícias de um deles, Fernando, sequestrado aos 26 anos, no estado do Rio de Janeiro, juntamente com o amigo, e também militante, Eduardo Collier Filho.

A partir do desaparecimento de Fernando, Elzita

iniciou uma verdadeira maratona em busca de informações, desde os presídios civis e militares até os ministérios. Entretanto, o esforço foi em vão. “Fui, dentro de um carro cheio de soldados armados, à procura de Fernando. Eu não parava de gritar o nome dele por onde passava com o carro. Procurei no Rio de Janeiro, em presídios, em todos os lugares que eram possíveis”.

Depois de um ano de buscas, Elzita Santa Cruz resolveu enviar uma carta ao então ministro da Justiça, Armando Falcão, na qual expressava sua

dor e a esperança em, finalmente, ter uma ajuda oficial na busca do filho. A carta jamais foi respondida.

Questionada sobre o que esperar da Comissão da Verdade, dona Zita mostra-se indiferente: “Talvez, a verdade, não é? A boa vontade

por parte dos membros em querer registrar o que aconteceu, porque ninguém vive de mentira. Tem tanto tempo que peço respostas sobre Fernando e nunca me mostraram caminhos, nem nada. Acho meio difícil, só agora, saber o que houve com meu filho”, lamenta.

O irmão de Fernando, o vereador de Olinda Marcelo Santa Cruz, acredita que ainda

existe uma luz no fim do túnel. “Apurar as circunstâncias e identificar os responsáveis pelas prisões, sequestros e ocultação de cadáveres são condições es-

enciais na consolidação ao Estado Democrático de Direito. Quando a Comissão for instalada, não tenho dúvida de que essa questão será o foco principal. Nesse caso, esperamos novidades em relação ao caso Fernando Santa Cruz”, diz Marcelo.



Foto: Priscilla Costa

(DES)ESPERANÇA “Tem tanto tempo que peço respostas...”

Embora a criação da Comissão Nacional da Verdade tenha sido aprovada no dia 26 de outubro de 2011 e sancionada em 18 de novembro pela Presidente Dilma Rousseff, até agora não foram nomeados os sete membros que vão compor a comissão. “Está demorando muito essa nomeação. Isto tem provocado muita desesperança. As famílias estão aguardando que, agora, seja para valer e que casos como o do meu irmão, finalmente, sejam estudados”, declara Marcelo.

Ao falar de Fernando,

Marcelo, deixa claro o seu orgulho em ter tido um irmão envolvido na luta política, sem deixar que a ditadura o calasse ou o fizesse temer. “Fernando era um ativo militante da APML (Ação Popular Marxista-Leninista), líder estudantil, foi secundarista da reestruturação do movimento estudantil, tendo participado da Associação Recifense. Foi um combatente exemplar contra a ditadura que infelicitava a Nação brasileira. Fernando era um irmão muito querido, uma pessoa solidária. Guardo ótimas lembranças dele”.

“Preso, sou um homem morto”

LEILA JINKINGS

Era um homem tranquilo. E trabalhava muito. Quando estava em casa, gostava de tocar e cantar com as filhas Nadja, Sacha Lídice, Zodja, Hanya e a mulher, Célia. Hiram era um pai carinhoso e presente. O comum nos depoimentos das pessoas sobre Hiram é a personalidade generosa e aberta que ele tinha.

Sineide Vidal, amiga da família, lembra da casa de Hiram assim: “ele cantava, as meninas tocavam... até hoje nunca vi um pai tão presente”. Ela é testemunha e prova involuntária da generosidade e do desprendimento no lar de Célia e Hiram. Colega de Sacha e Nadja no colégio, Sineide estava insatisfeita na pensão onde morava. Sacha a convi-

dou para morar com eles. A integração foi tanta, que, em 1962, foi a Hiram que o noivo pediu a mão de Sineide.

Hiram de Lima Pereira é um dos 475 nomes entre mortos e desaparecidos políticos na ditadura. As filhas, como a personagem de Sófocles, Antígona, lutam por dar uma sepultura ao pai, sequestrado em 1975 por agentes do Estado. Ao se transferir para o Recife, em 1949, Hiram juntou-se ao Movimento de Cultura Popular (MCP) e passou a escrever para o Jornal do Povo, do Partido Comunista.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

A partir daí, Hiram uniu-se a Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho quando fundaram o Teatro Popular do Nordeste (TPN). Assumiu o cargo de secretário do Mu-

nicipal do Recife, no governo de Arraes, o que rendeu notinhas e críticas nos jornais conservadores, que achavam “inadequado” uma autoridade atuar nos palcos.

Deflagrado o Golpe de 1964, a experiência como ator iria ajudá-lo a despistar a polícia que o perseguia. Provocava situações cômicas ao aparecer em locais públicos, para um ato político ou um encontro, disfarçado nos personagens que inventava.

Entre 1965 e início de 1966 Hiram se mudou para São Paulo, onde poderia se movimentar melhor, devido a ser uma cidade grande. Ele procurava conviver com a família da forma que era possível. Foi na passagem do ano de 1974 para 75 que as filhas viram o pai pela última vez. Viria novamente no dia 15 de janeiro. Nesse



Foto: Álbum de família

RETRATO Hiran e família nos anos 1950

dia, quem apareceram foram os agentes do Doi Codi. Levaram Célia para “interrogatório”. Foram três dias de tortura. Depois levaram Zodja e Sacha encapuzadas para um depoimento cheio de provocações.

Hiran já vinha sentindo-se observado. “Se eu for preso, sou um homem morto. Jamais

trairia meus companheiros, não tenho nada a declarar”, afirmou na época.

Sobre a Comissão da Verdade, Sacha diz: “Tem que ser vista sob a perspectiva histórica. Meu pai pertence à História do Brasil. A verdade deve ser buscada e talvez nunca cheguemos a alcançá-la por inteiro”.

Um encontro para lembrar a resistência

FELIPE PIAULINO

Poeta, jornalista, socialista, militante de esquerda e seguidor da “ideologia do Detran: sempre à esquerda e nunca ultrapasse à direita”. É assim que se autodefine Marcelo Mário de Melo, 68 anos, casado, pai de cinco filhos. Com esse perfil, Mário Melo foi mais um, entre tantos outros, perseguido pelo regime militar, ficando preso entre os anos de 1971 e 1979.

Atualmente, ele organiza o “Encontro de ex-presos, perseguidos políticos e exilados”, que acontece todo os anos. Mário Melo começou a militância política aos 17 anos, quando se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, em seguida, foi um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Pela intensa atuação nas duas legendas, foi investigado, preso e, posteriormente, condenado.

Apesar de sofrer humilhações e torturas na Casa de

Detenção, no Recife, e na Peitenciaría Barreto de Capelo, na ilha de Itamaracá, onde ficou oito anos, ele fez amigos, com os quais se encontra até hoje. E foi para manter a relação e relembrar as histórias vividas, que Marcelo Mário Melo, em 2003, decidiu realizar o primeiro encontro.

“Eu gosto de descobrir pessoas, manter contatos. Brincando o Carnaval do Recife e Olinda sempre encontrei muitos militantes que lutaram junto comigo na ditadura. E por isso resolvi oficializar o encontro”, explica. A reunião ocorre todas as quartas-feiras de Cinzas no Recife. Segundo ele, o dia foi escolhido porque os participantes brincam a folia de Momo e depois vão se confraternizar.

O evento reúne cerca de 40 pessoas todos os anos. Há gente que vem esporadicamente e outros que sempre participam. Um deles é o ex-presos político Carlos Alberto Soares, que atual-



NOSTALGIA Ex-presos, perserguidos políticos e exilados se reúnem no Recife para reviver histórias

mente presta serviço de assessoria para movimentos sociais. Ele marca presença em todos os encontros.

Soares também era militante do PCBR e foi preso em Natal, em fevereiro de 1971. “Eu considero importante participar do encontro, pois podemos rever os amigos e lembrar as situações que vivemos”, diz.

O ex-exilado político Newton Pimentel também aproveita a oportunidade para rever amigos e contar histórias relacionadas aos

mais de dez anos passados fora do país para fugir da perseguição militar.

Pimentel foi militante do PCB e do PCBR. Quando percebeu que ia ser detido, enquanto assistia a uma aula na Universidade Federal Rural de Pernambuco, ele fugiu. Rodou alguns estados e quando sentiu que não dava para ficar no Brasil, decidiu rumar para o Chile. Lá só ficou dois meses e depois partiu para a Suécia, de onde voltou para o Brasil. Hoje, aos 68 anos, ele está aposentado.

COMISSÃO DA VERDADE

Na pauta do encontro estão as memórias das lutas contra o regime militar que enfrentaram na juventude. Em 2012, na nona edição do evento, a Comissão da Verdade foi discutida. Eles foram unânimes ao defender a apuração minuciosa dos fatos.

“Ela (a comissão) traz um avanço parcial porque permite acesso a documentos e com esse aspecto constrói a verdade histórica do país”, explica o jornalista Marcelo Mário de Melo.

Comitês lutam para resgatar a memória

OLÍVIA DE SOUZA

Em 2010, foi criado em Pernambuco o Comitê Estadual de Defesa e Promoção do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3) - programa lançado no final de 2009, ainda durante o governo Lula. Do debate, em agosto de 2011, surgiu o Comitê Estadual Memória, Verdade e Justiça, organização que é parte de um conjunto de 35 grupos espalhados pelo Brasil.

Participam da coordenação executiva do Comitê quatro entidades da sociedade civil: Centro Dom Hélder Câmara (Cendhec), Movimento Tortura Nunca Mais, Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop) e o Centro Manoel Lisboa.

Após a lei que cria a Comissão da Verdade, apro-

vada em novembro do ano passado, novos desafios se apresentam para o comitê local. O primeiro problema enfrentado foi o atraso da presidenta Dilma Rousseff em compor o grupo de sete membros “corretos e isentos” da comissão. Para tentar exercer algum tipo de influência sobre a decisão final, os comitês elaboraram e encaminharam listas com sugestões de nomes e alguns critérios de escolha. “Um deles é de que não poderia haver ninguém que teve ligação, direta ou indireta, com o regime militar”, diz o coordenador executivo do Cendhec, Marcelo Santa Cruz.

Ausência de caráter punitivo é uma das principais polêmicas envolvendo a lei da Comissão da Verdade

Outro ponto de divergência diz respeito ao período de abrangência. Segundo consta, a lei irá cobrir os crimes cometidos entre o período de 1946 a 1984. Ex-presos políticos durante a década de 1970, o jornalista e escritor Chico de Assis acredita que essa é uma forma de tirar de foco a questão da ditadura. “Assim que a Comissão for consolidada de fato, cabem aos comitês priorizar os seus principais casos, os mais graves e urgentes, para dar maior visibilidade aos crimes cometidos durante a ditadura, e não antes disso”.

Pernambuco segue o exemplo de São Paulo, que instituiu sua própria Comissão da Verdade. “Isso facilita muito os trabalhos da Comissão Nacional. Há uma articulação do Comitê Estadual para termos uma audiência pública com o governador Eduardo Campos para que possamos pôr isso em prática”, afirma Marcelo Santa Cruz, que além de fazer parte do comitê local, aguarda informações do irmão, o desaparecido político Fernando Santa Cruz.

PUNIÇÕES

Outra polêmica envolvendo a lei da Comissão Nacional da Verdade é a ausência de caráter punitivo, cabendo à comissão apenas a identificação dos autores dos crimes e a localização dos corpos. Para Marcelo Santa Cruz, essa característica não exclui a identificação

dos responsáveis. “Entendemos que as punições cabem ao Poder Judiciário, a partir das denúncias dos familiares dos desaparecidos.”

Segundo a Secretária de Direitos Humanos e Segurança Cidadã do Recife, Amparo Araújo, o Ministério Público Federal está com uma “ação regressiva”, procedimento que responsabiliza quem praticou crimes de violação aos direitos humanos, como torturas, mortes e ocultação de cadáveres. “Isso possibilita que cada família entre com uma ação judicial contra essa pessoa”, revela Amparo, que faz parte da lista dos que buscam justiça e respostas, por ser viúva e irmã dos desaparecidos políticos, Luís José da Cunha e Luís Almeida Araújo, respectivamente. Além dos familiares, o Ministério Público também pode pedir a condenação dos culpados.

Militância cinematográfica

Peça trata da tortura nos dias de hoje



Foto: Divulgação

EQUIPE O diretor Ronaldo Duque com atores e parte da equipe do filme *Araguaia, a conspiração do silêncio*

LIS VERAS

Trazer evidências sobre alguns fatos, que ocorreram na ditadura é objetivo de muitos cidadãos ainda hoje, mais de 25 anos depois do fim do regime militar. Cada pessoa vê de uma maneira singular as possibilidades de ações diante de fatos que são escondidos da sociedade brasileira e, por isso, usam seus conhecimentos específicos para divulgar, de forma colaborativa, as verdades sobre alguns acontecimentos.

“Tentar dizer o que aconteceu também é militância”. É essa a linha de pensamento da fotógrafa e diretora de cinema Tuca Siqueira, 32. A jornalista é filha de ex-presos políticos e, desde os 9 anos, quando conheceu a história de luta de seus pais e tios, pesquisa sobre crimes cometidos pelos militares. Dessas pesquisas, veio a vontade de trabalhar com algo relacionado ao social e ao justo.

Tuca já dirigiu alguns filmes com teor político, como *Vou contar para meus filhos*, produzido em 2011. O projeto traz depoimentos de mulheres torturadas e detidas na Colônia Feminina do Bom Pastor na época da ditadura. “Fico muito feliz com o fato de o projeto final, que são dois DVDs com depoimentos das 21 mulheres, estar sendo usado em salas de aulas. Pois há um grande valor social e educacional nestes depoimentos”, explica a diretora, orgulhosa em poder compartilhar, com seu olhar, as barbaridades sofridas pelas ex-militantes.

Esse tipo de tarefa cabe, oficialmente, à Comissão da Verdade. Ela tem o dever de contribuir para tornar melhor o entendimento das informações sobre a repressão, promovendo o esclarecimento de casos de tortura, assassinatos, sequestros e desaparecimentos praticados pelos militares.

A CONSPIRAÇÃO DO SILÊNCIO

A Guerrilha do Araguaia, ocorrida no início da década de 1970, é um exemplo dessa prática. Em 2004, o jornalista e cineasta Ronaldo Duque, 58, produziu o filme *Araguaia, a conspiração do silêncio*, com objetivo de mostrar o que aconteceu e colaborar com a construção de um novo caminho democrático.

A guerrilha, maior foco da luta armada durante o período de repressão, resultou em um massacre feito pelas forças militares. Nessa ação, houve detenção, tortura, desaparecimento e execução de pelo menos 70 ativistas.

Duque acredita que, assim como a Comissão tem papel fundamental, cada pessoa também tem o seu. “Com a volta da democracia, o cinema político renasce e começa a colaborar mais para esclarecimento de alguns casos. Existem resultados positivos de punições em outros países da América Latina, por isso acredito que a comissão está nesse caminho, mas acho que todo e qualquer cidadão pode colaborar com sua arte e seu trabalho por uma sociedade mais justa e igual. Pelo menos é isso o que eu faço”.

Ele também ressalta de forma co-

memorativa a denúncia feita por juízes e procuradores federais no dia 14 de março de 2012. Os procuradores defendem que o coronel do Exército, Sebastião Curió Rodrigues, na época major, que comandou o grupo de extermínio do Serviço Nacional de Informação, seja punido pelo sequestro e morte de membros da Guerrilha. “Ele comandou violências e, durante anos, grupos de di-



Foto: Divulgação

DIRETOR Duque nas gravações do longa

reitos humanos tentaram, a todo custo, puni-lo, mas sempre sem sucesso. Agora chegou a hora de ele pagar pelos crimes que cometeu e espero que isso sirva de exemplo para os outros que massacraram a sociedade brasileira e ainda estão escondidos por trás do poder dos militares”, enfatiza Duque.

BERNARDO VALENÇA

A ditadura acabou, mas lá está ele: o homem nu, amarrado a um pau de arara. Abaixo, uma poça de sangue no chão. Os tapas que Marcelo recebe calado, o estupro, a tortura física e psicológica são de mentira, encenação. Está tudo no texto do dramaturgo Aimar Labaki. Lembrem cenas de um período que foi deixado para trás. São as migalhas do tempo ditatorial, resquícios de uma época autoritária, retratados na peça *Vestígios*.

O cenário é um só, uma sala de interrogatório, com objetos de tortura espalhados sobre a mesa. Cardoso e Marcos precisam arrancar informações de Marcelo, que é suspeito de ter assassinado uma mulher.

Interpretada por Carlos Lira, Marcelino Dias e Roberto Brandão, a peça está em cartaz no Teatro Barreto Junior, no Recife, a partir do dia 3 de agosto e tem a direção de Antônio Cadengue.

Em tempos de Comissão da Verdade, que traz à tona histórias da ditadura, vale lembrar que a tortura e o autoritarismo ainda existem — e que fizeram escola naquela época.

“O padrão adotado pelo Estado para a manutenção da ordem ainda nos lembra os anos de chumbo”, diz o cientista político Túlio Barreto. “Ainda temos o pensamento daquela época, de que o Estado tudo pode.”

É com essa autoridade, em nome do “Estado”, da “segurança nacional”, que os torturadores de *Vestígios* justificam o seu “interrogatório”.

“O teatro é um espaço favorável a esse tipo de discussão, mais ácida. O público é impelido a pensar sobre o assunto”, diz o ator Roberto Brandão, que faz o papel do torturado. Na ditadura brasileira, muitas peças de cunho político foram censuradas; atores foram espancados por militares.

Não há dúvida de que o poder de convencimento dos produtos artísticos ainda é grande. Exemplos de peças, filmes, músicas ou pinturas utilizados para a criação de uma consciência política são necessários.

“Os tempos são outros e as questões políticas também. Mas o ser humano continua com suas mazelas. O humano é sempre um animal político”, diz Antônio Cadengue. “A atitude de todos deve ser de desassombro. De luta permanente”, finaliza.

Conspiração e conivência da mídia

HERCULES LIBERAL

“Talvez, na história da imprensa brasileira, nunca os autoproclamados grandes tenham sido tão pequenos em seu desamor à liberdade enquanto patrimônio coletivo, quanto naqueles tempos feios da ditadura que ajudaram a construir, pela conspiração ou pela conivência diante da censura”. A afirmação é de Flávio Aguiar, retirada do livro *Jornalistas e Revolucionários*, de Bernardo Kucinski, publicação que analisa o comportamento dos veículos de comunicação durante o regime militar.

Para Aguiar, a associação ideológica e de negócios dos grandes jornais com o poder rendeu-lhes o domínio da informação e da comunicação até hoje. O pesquisador Ve-

nício Lima, em *Mídia – Teoria e Política*, mapeia como se pôde alcançar tamanha poupança patrimonial e poder político. Nos ‘jornalões’, a informação que foi omitida ou distorcida dificulta o resgate da História que se inicia agora com a instituição da Comissão da Verdade.

Naquela época, os movimentos pela verdade eram limitados pela pressão da ditadura, interessada e partícipe da fraude midiática. Mesmo assim, a resistência da sociedade contava com personalidades de notável saber moral e intelectual em defesa da democracia e da liberdade de imprensa. Ao seu lado, muitos jornalistas, apesar dos poderosos donos de jornal e das limitações pela atuação clandestina, construíram uma cidadela da verdade. Informações va-

riosas, às vezes repassadas de forma jocosa, metafórica, a enganar os censores da ditadura. Essa questão é relatada no livro *Jornalistas 1937*

“A imprensa alternativa era um dos oásis combativos” - Flávio Aguiar

a 1997, de José Hamilton Ribeiro.

Tais Manifestações do jornalismo alternativo articulavam-se com as atividades de setores das artes cênicas, literárias, da música. Todos vigiados pelos agentes da repressão infiltrados no movimento. A resistência democrática batizou-os de “imprensa nanica”, uma forma de dizer aos brasilei-

ros que havia uma alternativa ao pensamento ideológico das trevas. Para Flávio Aguiar, “não resta dúvida de que a imprensa alternativa, nas suas diferentes formas, nesse quadro sombrio, era um dos oásis cidadãos e combativos”.

1º DE ABRIL NO RECIFE

A complacência dos grandes jornais pernambucanos teve marca própria. O *Jornal do Commercio* e o *Diário da Noite*, do grupo Pessoa de Queiroz, e o *Diário de Pernambuco*, dos *Diários Associados*, mantinham à frente de suas editorias jornalistas reacionários, identificados com o regime. Nos primeiros momentos do golpe, no entanto, ante escassas informações sobre o papel dos militares face à ilegalidade do movimento,

ficaram à espreita, em cima do muro. Era 1º de abril de 1964.

Nos dias seguintes, consolidado o golpe de Estado, os jornais pernambucanos, como os grandes do Sul e Sudeste, evidenciaram seu servilismo com a autocracia emergente, refletida em manchetes como: “Apreendidos pelo Exército 10 mil uniformes dos guerrilheiros de Arraes!”; “Material subversivo encontrado nos veículos do MCP!”; “O Exército prende 8 estrangeiros que atuavam no campo!”; “Inúmeros democratas seriam fuzilados pelos comunistas!”; “Dólares falsos trazidos por chineses iriam custear a revolução comunista!”; “Cem veículos da Sudene foram usados pelos comunistas para transportar armas para o campo!”

Lembrar para não esquecer

TAYZA LIMA

A palavra anistia, no Brasil, está longe de significar esquecimento. Pelo contrário. É recordação, reconhecimento. É a reparação e o pedido de desculpas do Estado àqueles que exerceram o direito de resistir. As Caravanas da Anistia foram criadas para implementar políticas de memória mais efetivas, aproximar a população dos processos de anistia e ampliar o acesso à justiça, proporcionando o diálogo com a sociedade civil.

Recife recebeu três das 54 visitas já realizadas pela caravana. A última, em setembro de 2011, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, envolveu Ministério da Justiça, Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), Governo do Estado, OAB/PE, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e Movimento Tortura Nunca Mais.

A secretária de Direitos Humanos da PCR, Amparo Araújo, diz que as sessões públicas itinerantes têm caráter essencialmente educativo para a sociedade. “Os meios de comunicação não se importam com a divulgação desses casos. As Caravanas possibilitam às pessoas terem acesso à informação do que se passou naquele período”.

O juiz Theodomiro Romeiro dos Santos, da 9ª Vara do Trabalho de Pernambuco, foi anistiado na Caravana do ano passado. “É um momento de desabafo, a hora de colocar para fora as injustiças que sofremos. É bem difícil”, confessa o juiz, que passou 15 anos detido durante a ditadura.

O testemunho do anistiado, além de valorizar a qualidade do processo, constitui elementos cruciais para o andamento da Comissão da Verdade. Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, deputado Betinho Gomes, Com apenas sete membros, a estrutura da Comissão “foi pensada muita pequena para tratar de um longo período de tempo.”



REPARAÇÃO Theodomiro Romeiro, anistiado na última Caravana GERAL E IRRESTRITA

O principal objetivo das Caravanas da Anistia é responder às expectativas da sociedade civil quanto à reparação dos crimes cometidos pelo Estado no período de exceção. Mais que uma indenização financeira, a Declaração de Anistia corresponde ao ato mais esperado por quem sofreu perseguição: o pedido de desculpas.

Ao final de cada sessão, o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, ou outro conselheiro, levanta-se e, diante de todos, pede perdão, em nome do Estado brasileiro, pelos erros cometidos contra o perseguido e seus familiares, reconhecendo o direito à resistência.

“A pessoa resgata sua memória, sua dignidade, sua identidade”, fala Amparo Araújo. Para o juiz Theodomiro Romeiro, que sentiu na pele a emoção de ser anistiado, a reparação é profundamente satisfatória. “A gente sente que nossa luta foi válida”.

NOTA DA REDAÇÃO

Esta edição especial de **O Berro** foi produzida e editada entre os meses de fevereiro e abril de 2012, período em que não tinha sido ainda divulgada a relação dos membros que compõem a Comissão da Verdade, anunciada apenas no início de maio. Nesse tempo, comissão também não tinha sido instalada, fato que só ocorreu em 16 de maio. Por essa razão, os textos e as entrevistas desta série de reportagem fazem críticas à demora para o início dos trabalhos, bem como da nomeação de seus componentes. Em respeito ao leitor e compromisso com a informação, divulgamos nesta nota os nomes dos sete membros da Comissão Nacional da Verdade: José Carlos Dias (ex-ministro da Justiça no governo Fernando Henrique), Gilson Dipp (ministro do STJ e do TSE), Rosa Maria Cardoso da Cunha (ex-advogada de Dilma Rousseff), Cláudio Fonteles (ex-procurador-geral da República no governo Lula), Maria Rita Kehl (psicanalista), José Paulo Cavalcanti Filho (advogado e escritor), Paulo Sérgio Pinheiro (atual presidente da Comissão Internacional Independente de Investigação da ONU para a Síria).